



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Arthur na área...

A contar pela investida do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chamando o presidente da Petrobras, Silva e Luna, para cobrar o salgado preço dos combustíveis, o governo não terá tanta paz quanto parece. O detalhe é que, em vez de processo de impeachment, Lira vai entrar na cobrança dos temas que mais interessam à população.

...sem passar recibo

O chamamento a Silva e Luna vem sob encomenda para que, sem brigar diretamente com o Planalto, fique claro que os aliados de Bolsonaro no Congresso não estão confortáveis com a situação a que foram submetidos na semana passada. Muitos não gostaram de ver o presidente Bolsonaro prestigiar Michel Temer na hora de refluir do “modo tensão” para o “paz e amor”, deixando Lira, que pediu pacificação, meio de lado.

Indefinição impera e auxilia

Ao tirar de pauta a decisão de foro sobre processo das rachadinhas contra o senador Flávio Bolsonaro, o presidente da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nunes Marques, ajuda o senador a ganhar tempo. Tem muita gente dizendo que, enquanto Jair Bolsonaro for presidente, Flávio não será julgado.

Bolsonaro respira



O presidente Jair Bolsonaro chega à primeira semana pós-tensão do Sete de Setembro com mais ganhos do que perdas, conforme contam seus mais fiéis escudeiros. Primeiramente, os candidatos de centro que se reuniram no último fim de semana mostraram uma capacidade de mobilização compatível com os números que detêm nas pesquisas, ou seja, muito baixa a preços de hoje. Em segundo, o fato de o PT não encorpar o ato de 12 de setembro, onde, aliás, Lula foi atacado, terminará por afastar essa turma de centro de uma possível candidatura petista num segundo turno, se mantida a polarização.

Para completar a alegria dos governistas, o impeachment perdeu fôlego. O PT não quer tirar Bolsonaro, porque acredita que o vencerá fácil num mano a mano em 2022. O agronegócio e outros segmentos que têm voz ativa no Parlamento também não querem o afastamento do presidente. O país pode se preparar para a volta dos antigos problemas.

A contar pelas declarações de Michel Temer ao *CB.Poder* abrindo a semana, o MDB também está fora desse barco do impeachment. A ordem nesses partidos, aliás, é parar com as tensões para mostrar temas considerados urgentes, gasolina cara, preço do gás nas alturas, energia elétrica e por aí vai. A primeira será hoje, com o plenário transformado em comissões gerais para ouvir a Petrobras.

CURTIDAS

“Missão cumprida”/ Assim, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, tem se referido à CPI da Pandemia, quando os amigos lhe perguntam se os perigos para o governo por ali terminaram. A tentativa de negociata com a compra da Covaxin, assegura o ministro, não tem como vincular Jair Bolsonaro à corrupção.

Alessandro que se prepare/ Um dos alvos dos governistas a partir de agora será o senador Alessandro Vieira, apresentado na semana passada como o candidato a Presidência da República pelo Cidadania.

Everisto Sá/AFP



Renan na escuta/ O grupo Prerrogativas já foi acionado pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para apresentar sugestões ao relatório de Renan Calheiros na CPI da Pandemia. A ideia é apresentar ideias para evitar que tudo o que for apurado pela CPI termine nos escaninhos, sem consequências legais.

Temer é pop/ Em seu Instagram, o ex-presidente tem feito um pouco de tudo, desde declarações sobre a necessidade de diálogo com todas as forças políticas até sugestões de séries. No final de semana, sacou Billy Holiday.

Aguardado hoje na comissão, com condução coercitiva, Marcos Tolentino é apontado como sócio oculto do FIB Bank, que deu carta de fiança para compra de vacina. Marconny Faria, que será ouvido amanhã, atuou para destravar contrato bilionário entre a Precisa e a Saúde

CPI: lobistas levados à força

» TAINÁ ANDRADE
» RAPHAEL FELICE

Na reta final dos trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 retorna às atividades esta semana com duas conduções coercitivas. Hoje é ouvido Marcos Tolentino, apontado como sócio oculto do FIB Bank — empresa que ofereceu garantia ao contrato de R\$ 1,6 bilhão entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos para a compra da Covaxin. Amanhã é a vez do lobista Marconny Faria, que fez a intermediação entre a Precisa e a pasta. A comissão do Senado recebeu autorização da Justiça Federal de Brasília para realizar a condução dos depoentes caso eles não compareçam.

Após apresentar um atestado médico, que foi anulado pelo próprio profissional que o atendeu, e desaparecer no dia 1º de setembro, Tolentino foi intimado a prestar depoimento pelos senadores. A decisão foi redigida por Francisco Codevila, da 15ª Vara Federal de Brasília (DF). Caso o empresário não apareça na CPI, poderá pagar multa e ser incriminado por desobediência. Outros pedidos — busca e apreensão do passaporte, expedição de ordem para impedir saída do país e proibição de ausência da comarca em que reside — foram indeferidos, pois o juiz alegou serem excessivos, já que Tolentino é testemunha.

Com o depoimento de Marconny Faria amanhã, a comissão espera esclarecer a intermediação na qual ele é apontado como peça-chave entre a Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde. O nome de Marconny foi citado em outra negociação entre as duas partes. Na ocasião, o assun-

to eram os testes para covid-19 da marca Livzon — devolvidos em todo o mundo pela baixa qualidade —, e que, de acordo com provas expostas na CPI, não foi para frente em razão da Operação Falso Negativa, deflagrada no Distrito Federal. Marconny deveria ter sido ouvido no último dia 2, mas, assim como Tolentino, apresentou um atestado médico.

Os senadores acionaram a Polícia Legislativa do Senado para buscar o depoente e entraram com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para autorizar a condução. As duas medidas não foram efetivas, e a comissão não conseguiu ouvir o lobista. Agora, mesmo em contato com os advogados de Marconny — que garantiram a sua presença — Omar Aziz (PSD-AM), presidente da CPI, garantiu a autorização de condução coercitiva na justiça. A decisão foi da juíza Pollyana Kelly Alves.

A decisão favorável às conduções coercitivas foi comentada por Aziz. “Sempre falei que não queremos vingança, queremos justiça, e o relatório vai vir nesse sentido. Tivemos quase 600 mil mortes (por covid-19) até hoje. Não podemos esquecer de tudo o que nos levou a essa situação”, declarou nas redes sociais.

A intenção dos senadores é confrontar o depoente em relação à garantia do tipo fidejussória oferecida no contrato entre Precisa Medicamentos, Ministério da Saúde e a farmacêutica indiana Bharat Biotech. A negociação não estava prevista no contrato inicial, além de ter sido apresentada 10 dias depois do fim do prazo, e, mesmo assim, foi incluída nos pagamentos. A ideia era de que a carta fiança cobrisse o valor de R\$ 80,7 milhões.

Pesam contra Marconny, ainda,

provas enviadas à CPI pelo Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA), colhidas na Operação Hospedeiro, que revelam sua proximidade com pessoas próximas ao presidente da República e influência na decisão de cargos públicos, como o de procurador-geral da República. “Marconny é aquele lobista que entrou no governo Bolsonaro; se ele existia antes, se ele era lobista antes, não interessa — interessa é que ele estava no esquema de ganhar dinheiro fácil envolvendo a compra de vacinas. Tem escuta telefônica, mensagens trocadas, documentos. Nós não precisamos dele para linkar a prova testemunhal. Não esperamos muito dos depoentes ali. É mais uma oportunidade de ele falar, de repente até de se defender”, explica ao *Correio* a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Resto da semana

Na quinta-feira, está previsto o depoimento de Danilo Trento, diretor da Precisa Medicamentos, no lugar de Karina Kufa, que é advogada do presidente e suspeita de também realizar lobby entre Tolentino e Marconny com Roberto Dias, ex-diretor de logística do Ministério da Saúde. Na sexta-feira, a comissão ainda não confirmou se irá ouvir um representante da empresa Prevent Senior, denunciada por pressão para uso de kit de covid.

Tebet acredita que os trabalhos serão encerrados em três semanas. “Óbvio que, por conta de serem muitas frentes abertas, o próximo passo é começar a fechar essas caixinhas. A CPI não pode terminar enquanto não fechar o caso Covaxin com o FIB Bank, o caso do lobista Marconny Faria e, agora, saber o que essa advogada (Karina Kufa) estava fazendo no meio de toda a trama”, afirma a senadora.

Reprodução YouTube Rede Brasil TV



Após faltar à oitiva no início do mês e apresentar atestado, Tolentino é obrigado a depor sob pena de multa

“Relatório paralelo”: TCU suspende auditor por 45 dias

Jefferson Rudy/Agência Senado



O auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques recebeu uma suspensão de 45 dias por conta do relatório falso que produziu sobre uma suposta supernotificação de mortes por covid-19 no Brasil ao longo de 2020. Durante o período afastado, ele não receberá salário. O levantamento feito por Alexandre acabou sendo usado pelo presidente Jair Bolsonaro para colocar em dívida o número de óbitos pela crise sanitária. O chefe do Executivo recebeu o documento por intermédio de Ricardo Silva Marques, pai do auditor do TCU. Ele estudou com Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras e ganhou um cargo na Petrobras por indicação do mandatário. A recomendação de suspender Alexandre — que chegou a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 em agosto — partiu da comissão do TCU que conduzia um processo administrativo disciplinar contra Alexandre e aceita pela Secretaria-Geral de Administração da Corte. No relatório final sobre o caso, o presidente do colegiado, Marcio André Santos de Albuquerque, escreveu que o auditor “agiu com dolo, ainda que eventual, uma vez que, voluntariamente, de forma consciente, quis repassar o documento para o seu pai, sem se importar como resultado que a sua conduta poderia produzir”.

